

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE ALAGOAS - UNEAL  
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO - **PROGRAD**  
PROGRAMA DE LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA DE ALAGOAS -  
**PROLIND**  
CURSO DE LICENCIATURA INDÍGENA DE ALAGOAS - **CLIND-AL**  
CURSO DE LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA EM HISTÓRIA

FRANCISCO JOÃO DA SILVA

**FORMAÇÃO E DELIMITAÇÃO TERRITORIAL DAS ALDEIAS KOIUPANKÁ**

PALMEIRA DOS ÍNDIOS-AL  
2015

**FRANCISCO JOÃO DA SILVA**

**FORMAÇÃO E DELIMITAÇÃO TERRITÓRIAL DAS ALDEIAS KOIUPANKÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso/ TCC, em forma de Artigo, apresentado no Curso de Licenciatura Intercultural em História, do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena de Alagoas/CLIND-AL, vinculado ao Programa de Licenciatura Intercultural Indígena/PROLIND, ofertado pela Universidade Estadual de Alagoas/ UNEAL, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em História.

Orientador: Professor Me. José Adelson Lopes Peixoto

**PALMEIRA DOS ÍNDIOS –AL**  
2015

# FORMAÇÃO E DELIMITAÇÃO TERRITORIAL DAS ALDEIAS KOIUPANKÁ

Francisco João da Silva<sup>1</sup>

Orientador: Professor M. José Adelson Lopes  
Peixoto<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este artigo tem como objetivo descrever processo de formação das aldeias, Baixa Fresca, Baixa do Galo e Roçado do povo Koiupanká, localizado entre os municípios de Inhapi e Mata Grande – AL, aproximadamente 270 km da capital Maceió. Visto pela comunidade não só como espaços físicos para moradia ou sobrevivência, mas como lugares carregados de propriedades simbólicas e culturais. A reterritorialização, dessas aldeias remete aos fatos decorridos nos períodos de maior dificuldade, repressão em suas práticas culturais religiosas pelo governo e sociedade, por isso a ligação entre a aldeia do povo Pankararú - PE localizada entre os municípios de Tacaratú, Petrolândia e Jatobá, aldeia Mãe a qual dá suporte de resistência e afirmação étnica. Compreende o contexto atual com que acontece entre os séculos XIII e XIX, dentre as invasões dos territórios, o papel das missões nos aldeamento do povo Pankararú - PE. Os Koiupanká mesmo com a migração remontam a forma de agrupamento em seu território e reafirmam a identidade indígena, assim delimitando seu território. É uma pesquisa de campo com entrevistas, registros fotográficos, bibliográfica de Jorge Luiz Gonzaga Vieira e Siloé Soares de Amorim de natureza qualitativa fruto da necessidade de registrar a história e refletir sobre a importância do território na construção da identidade do povo.

**Palavras - Chaves:** Migração. Formação das aldeias. Identidade e Delimitação.

## 1. INTRODUÇÃO

O material disposto neste trabalho tem o objetivo de identificar a forma de resistência do povo Koiupanká em um novo território. Migrados de Brejos dos Padres, Pernambuco, da etnia Pankararú - localizada entre Tacaratú, Petrolândia e Jatobá, chegaram nestas terras hoje conhecidas como Inhapi-AL, antes, as matas. Formaram suas aldeias e as denominaram com características identificatórias nas quais remontam valores simbólicos e sagrados do seu mundo cultural e religioso, fazendo referência a sua terra de origem.

O desenvolvimento desta pesquisa científica foi a partir de pressupostos bibliográficos de antropólogos, sociólogos e historiadores relacionados à temática indígena, tais como Siloé Soares de Amorim (2003) sobre Índios Ressurgidos: a construção da auto-imagem: os Tubalala, os kalankó, os Karuazu, os Katokinn e os koiupanká e Jorge Luiz Gonzaga Vieira (2010) sobre

---

<sup>1</sup> Indígena koiupanká – Inhapi – AL, graduando em História, no Curso mantido pelo Programa de Licenciatura Intercultural Indígena - PROLIND, na Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL, Campus III – Palmeira dos Índios –AL. Francisco koiupanká@hotmail.com

<sup>2</sup> Orientador: Professor Me. José Adelson Lopes Peixoto – UNEAL. E-mail: adelsonlopes@hotmail.com

a História do povo Kalankó na memória de uma experiência indigenista: confinamento, diáspora e resistência étnica de um povo e povos do sertão de Alagoas.

As pesquisas de campo também foram extremamente importantes para compor este trabalho, com registros fotográficos e entrevistas. A captação das informações foi de forma escrita, porém alguns relatos foram gravados e filmados tendo como informantes três anciãos e uma liderança, nas aldeias Roçado, Baixa do Galo e Baixa Fresca. Muitas informações foram obtidas dos filhos e netos que ouviram seus antecessores falar sobre o processo de migração para um novo território, delimitando-o e caracterizando assim o processo de reterritorialização.

Esta pesquisa tem também o intuito de registrar e imortalizar a história contada pelo povo Koiupanká, a partir da fala dos mais velhos, em um processo de transposição histórica que vai da oralidade para escrita, captando os relatos e as emoções do cotidiano da comunidade, de modo que venha a ser um elemento significativo no processo de identificação étnica.

A pesquisa de campo é um compromisso calcado na valorização dos anciãos, no contexto de vida dos povos indígenas, podendo explicar com mais detalhes e riquezas as informações que fazem a diferença, podendo ir além do ressurgimento do povo Koiupanká na Aldeia Roçado em dezembro de 2011, resistência e afirmação étnica que foi dada há pouco mais de uma década para sociedade não indígena. Este grupo que antes se mantinha no anonimato confirmou sua identidade com respostas às indagações referentes ao processo de formação de suas aldeias entre os municípios de Inhapi e Mata Grande-AL.

Os nomes de suas aldeias trazem a história de resistência e afirmação étnica. Roçado, o nome já diz, deriva de roça, pois era onde os indígenas faziam suas plantações. A área é marcada pela fertilidade do seu solo e pela abundância de caças nas matas do entorno das serras, além de ser local estratégico para as práticas ritualísticas ao oculto do homem branco e para a edificação de suas moradas.

Baixa Fresca tem esse nome ligado às caracterizas ao ambiente do lugar, sendo um dos netos de Ancelmo Bispo<sup>3</sup> o demarcou, conhecido como Zé Benvinda que com sua família a encontra e forma aldeia. Local privilegiado com nascentes de água doce, em um pé de serrote. Trata-se de um ambiente fresco, com matas a perder de vista, na época o que delimitou Zé Benvinda.

A aldeia Baixa do Galo formou-se a partir de duas famílias, João Bispo e Manoel Raimundo (filho e sobrinho de Ancelmo, respectivamente). Existem duas versões para o nome

---

<sup>3</sup> Ancelmo Bispo de Souza com sua família vieram do Brejo dos Padres Pankararú localizado entre Tacaratú, Petrolândia e Jatobá (Pernambuco). Teve 3 (três) esposas e aproximadamente nove filhos, era um agricultor e um bom caçador, manuseava muito bem o bodoque, uma arma muito comum da época para caça.

da aldeia; uma por existir galos que cantavam numa baixa com matas fechadas, outra por os indígenas serem muito valentes, assim como os galos de briga.

No geral, o território Koiupanká é formado por terras boas para o plantio, água potável e matas com caças. Observam-se também uns dos fatores de se agruparem em coletividade, pois as atividades de caça e cultivo dos roçados os mentiam mais seguros no que ter para sobreviver, o alimento. É, pois o território propício para sua sobrevivência permitindo refúgio das muitas dificuldades que os fizeram sair de sua terra tradicional, Pankararú, sem perder as características e a forma coletiva os ajudavam, forma mais fácil de sobreviver em uma terra na época estranha.

O trajeto migratório marcou, neste contexto, uma mudança do local da moradia e de onde tira seu alto sustento, para garantir a sobrevivência, com isso aperfeiçoaram o convívio em coletivo como mecanismo de fortalecimento do grupo e de manutenção dos costumes e valores tradicionais.

Ao se organizar em malocas estando próximos uns dos outros acreditavam estarem invulneráveis às perseguições, mas foi à alternativa para o indígena que migra de seu território pode dispor. Migrar, amaloca-se e viver no anonimato seriam sua defesa para sobreviver sem perseguições, assim acreditavam, pois o contexto político da época impunha-os a criar formas mascarassem a sua existência visto que, viviam em constante perseguição e uma das mais marcantes para os koiupanká seria seus rituais, os que deixavam bem visível para a sociedade, se expusessem a sua origem étnica, no entanto as visitas constantes ao Brejo dos Padres nas festas tradicionais, os aliviavam das tão amargas repreensão cultural e religiosa e No Brejo dos Padres podiam ritualizar sem tanta perseguição.

Este trabalho sobre a formação das aldeias Koiupanká procura trazer à tona informações da historiografia, que são esta transição de lugares e história que se adentem na memória dos Koiupanká para dar características de referência do território que migrara. Relatos colhidos em entrevistas com anciãos e lideranças desse povo têm como objetivo deixar como legado para as gerações futuras a presença e importância do indígena também na formação da cidade de Inhapi, fazendo com que a negação e o silêncio sejam substituídos pela presença, identidade e reconhecimento desse povo na sociedade e na história alagoana.

Referenciado teoricamente nos estudos de Siloé Amorim e Jorge Vieira, que a partir destes estudos e pesquisa resultará num trabalho que servirá de incentivo às novas gerações para conhecer e compreender a sua história de povo, transmitida por seus antepassados e sistematizada neste trabalho, convertendo-se em uma das ferramentas no fortalecimento da luta dos Koiupanká.

Sua publicação é fundamental, pois quanto mais guerreiros na comunidade fizerem uso da ferramenta do saber que é a escrita, mais construirão evidências da existência do povo Koiupanká no território inhapiense.

## **2. CONTEXTO HISTÓRICO, O PROCESSO MIGRATÓRIO**

O povo indígena Koiupanká distribuído em três aldeias: Roçado, Baixa do Galo e Baixa Fresca, localizadas entre os municípios de Mata Grande e Inhapi, a cerca de 270 km da capital, Maceió, descendem do tronco étnico Pankararú, povo localizado geograficamente no território entre Petrolândia, Jatobá e Tacaratú no estado de Pernambuco.

As referências sobre os Pankararu trazem em sua composição, dados que refletem, no contexto atual, a junção de grupos étnicos em um só território, ideias ou mesmo uma forma de convívio social resultaria no que jamais poderia ser mudado; a consequência seria a possível indução para a dispersão de grupos migrarem para outros estados. Vieira (2010) faz referências do ocorrido, descrevendo dados e datas históricas da formação do povo Pankararú e complementa ainda fazendo referencia de ARRUTI.

Os dados históricos que fazem referência aos Pankararu ou Pankaru datam de 1702, citados entre outros grupos, como os Pankaru, Geritacó, Calancó, Umã, Canabrava, Tatuxi, Fulê. Uma unidade que está profundamente ligada historicamente às estratégias de conquista colonial e formação do Estado nacional: guerras 'justas', missões e misturas. (ARRUTI *apud* SILVA, 2009, p.34).

Tendo os Pankararu o histórico de muita turbulência na composição de seu povo, entendem-se as inúmeras estratégias de sobrevivência dos grupos étnicos que os compunham, pois nenhum grupo indígena, mesmo da época, compartilhava a mesma ideia. Eram costumes, crenças e culturas diferentes e isso fazia com que a dispersão de muitas famílias fosse inevitável. Perseguições dos posseiros e diminuição de seus territórios eram outros fatores que contribuíram para alguns indígenas procurar refúgio em outros territórios, como mecanismo para garantir a sobrevivência enquanto grupo.

Tendo os Pankararu a interversão de religiosos e dos interesses políticos, deriva-se o sufocamento das possíveis ideias de vida para as novas gerações que viriam, onde é fato hoje a existência dos cinco povos que se encontram em Alagoas dentre eles os Koiupanká. Teria ai à alternativa mais viável o deslocar para outros locais que não fossem vulneráveis a esse conjunto de conflitos.

A população que formava o aldeamento Brejo dos Padres depende da terra para

sobrevir, pois tem a prática do cultivo de várias culturas a exemplos bem comum a mandioca, milho, feijão, batata-doce andú dentre outras. No decorrer da formação e estruturação do território Pankararu, os indígenas são vítimas das consequências do aumento da população, diminuição do território e conflitos internos. Sobre isso, Vieira descreve que:

A perda da terra e o crescimento populacional provocaram o aumento da fome e dos conflitos internos, impossibilitando a permanência de diferentes grupos étnicos em um mesmo espaço. No século XIX, muitas famílias Pankararu migraram em busca de novas terras para trabalhar e reproduzir-se culturalmente, em busca de trabalho ou juntando-se a outros parentes em vários estados do país, a exemplo de São Paulo, Bahia, Minas Gerais e Alagoas (VIEIRA, 2010. p.14)

O autor expõe de forma convincente o processo migratório de famílias Pankararú, como mecanismo de sobrevivência, que mesmo estando amalocados grupos étnicos em um só território, por interesse de missionários em convertê-los em mão de obra escrava e enriquecer o estado. Os indígenas sentindo as dificuldades no convívio com outros grupos, e diante disso conseguem desenvolver uma estratégia, revertendo o propósito da ideia dos aldeamentos pelos jesuítas, fugindo e transformando em outro território as suas ideias própria de viver em coletivo.

É fato que mesmo com migrações e formação de suas aldeias em território distante de Pankararú do aldeamento Brejo dos Padres, conseguem ainda deixar elos, raízes e valores étnicos que apesar da migração, o território Pankararú seria sempre sua referência cultural e religiosa, e é isso que lhes dão garantia de se reafirmarem enquanto indígenas.

### **3. FORMAÇÃO DAS ALDEIAS KOIUPANKÁ: roçado, baixa do galo e baixa fresca**

As formações das aldeias dos koiupanká: Roçado, Baixa do Galo e Baixa Fresca tiveram início com a chegada do patriarca Ancelmo Bispo de Souza, no século XIX, mais precisamente em 1883. Ele se deslocou do aldeamento Pankararú, Brejo dos Padres, localizado entre Tacaratú, Petrolândia e Jatobá (Pernambuco) e marcou o seu território com caçadas nas matas onde construiu o seu rancho de palha e em volta cultivou o seus roçados, dando característica ao lugar que passou a ser denominado os roçados, hoje conhecido como Aldeia Roçado. A partir de então, abriu caminho para seus irmãos, primos e por derradeiro sua mãe conhecida como Chiquinha.

O cacique Zezinho Koiupanká fala como se deu a chegada de Ancelmo e seus parentes, descrevendo a forma como o patriarca delimitou esse território, tido como novo lar, local onde

gerou seus descendentes.

Ancelmo já conhecia este território bem antes de 1883, através do seu pai, pois seu pai vinha do Brejo dos Padres para trabalhar na serra do Sobrado<sup>4</sup>, trazia seu filho que era Ancelmo ainda criança, trabalhava na serra do Sobrado e caçava nestas terras, que conhecia como as matas. Seu pai, por conta da dificuldade de alimentos para sua família no Brejo dos Padres, sempre procurava estas localidades a procura de caçar para seu auto sustento. Com isso Ancelmo, conhecendo o local, no ano de 1883 demarca seu território fazendo um rancho bem próximo da nascente Inhapi, e aonde fazia seus roçados, a partir de então, anos depois vem seus dois primos conhecido Manoel caboclo e Joaquim caboclo com suas famílias. Ancelmo sendo em 9 (nove) irmãos fazendo trafego nos roçados, durante anos visitando Ancelmo, se deslocam do Brejo do Padres e fazem também suas moradas até que trazem sua mãe conhecida como Chiquinha, então formão nós povo Koiupanká<sup>5</sup>.

Segundo o cacique Zezinho, as primeiras características da aldeia Roçada, antes conhecida como as matas, sem nenhum habitante humano, só uma vastidão de floresta e muitos animais para caça. Pai Bispo<sup>6</sup> assim como era chamado, percebe que esse território lhe traria muito sossego além de reunir as condições necessárias para a sua sobrevivência e dos seus parentes que num futuro bem próximo viessem a habitar na região.

A construção do rancho marcou o início da formação do seu território no ano de 1883 e seus roçados deram evidencia da delimitação do novo território. Graças à habilidade com as práticas agrícolas, o patriarca redesenhou o solo antes coberto por matas, porém propício para cultivo de muitas culturas, fazendo o rodizio de suas plantações e com isso deu forma aos roçados. Com o passar dos anos, parte do que era coberto de floresta cedeu espaço para as roças do primeiro Koiupanká.

O solo fértil foi preenchido por várias plantações e encheu essas terras de fartura com as plantações de: mandioca, milho, feijão, purnuça, andú, fava, batata e tantos outros alimentos. Os irmãos e primos de Ancelmo, ao visitá-lo, perceberam a fartura e que o local era sossegado para fixar morada longe de perseguições. A facilidade e calma do lugar os levaram, também, a migrar do Brejo dos Padres para fazer suas moradas nesse território, compondo que podemos dizer por aldeia, formada por irmãos e primos.

O nome Roçado ganhou forma devido às roças de Bispo, mas com a invasão de brancos

---

<sup>4</sup> Nome de um sítio localizado em uma das serras do município de Mata Grande-AL localidade próxima à aldeia Baixa do Galo.

<sup>5</sup> Entrevista concedida por José João da Silva, Cacique Zezinho Koiupanká, em 3/6/2015.

<sup>6</sup> Traz esse nome no registro por que seus parentes o apelidavam de bispo devido a calvície, sendo que a proa de sua cabeça se assemelhava a cabeça dos freis que catequizaram em sua terra de origem, além de possivelmente a sua altura dar status de superioridade ao líder do clã. (Cacique Zezinho, em 3/6/2015)



as terras tornam pequenas para seus familiares, devido ao aumento da população não índia e mais uma vez o território se torna insuficiente para produção e sustento do grupo koiupanká, novamente houve migração de sua descendência para outras terras.

A localidade Roçado matem esse nome até a década de 70, oficialmente no ano de 1962, com a emancipação política da cidade que ocorre através da Lei 2.460, de 22 de agosto do mesmo ano, na corrente data passa a se chamar oficialmente de Inhapi, emancipando-se de Mata Grande.

Bem antes da emancipação o aumento populacional dos brancos passa a ser constante e a parcial dominação do território que antes eram os roçados de Ancelmo Bispo já passava de um povoado substituindo a denominação por Inhapi que em tupi significa: Inha - água e pi-pedra, um nome em apologia a um local próximo aos roçados, conhecido como lagoa e que os antigos costumavam chamar 'as pias' porque existiam buracos nas pedras e ao chover ficavam cheios de água que era utilizada pelas famílias de Bispo.

Ainda nos períodos em o território se povoado, as famílias indígenas da aldeia Roçado foram afastadas para as periferias da atual cidade e “pé” da serra, como era conhecido, “serra dos caboclos<sup>7</sup> e bem antes conhecida por Grudes<sup>8</sup> pois são locais onde sempre ocorram as discussões políticas, rituais tradicionais e solo onde Ancelmo viveu seus últimos dias de vida.

A história dos nomes das aldeias traz a resistência e a afirmação étnica de cada comunidade ou suas características da geografia que remontam a terra de seus antepassados. Na aldeia Baixa Fresca, as suas famílias compuseram a moradia a partir de Zé Benvinda (neto do patriarca) com a compra de uma posse de terra, pois o local já era povoado, isso bem depois da chegada de Ancelmo, muito branco já havia ocupado os Roçados e as proximidades da região. A forma de como se deu a migração e a formação da Baixa Fresca e Baixa do Galo é descrita pelo cacique Zezinho<sup>9</sup>

Com o passar de muitos anos os brancos começam chegar aos Roçados e a ocupar nossas terras. Filhos e netos novamente migram para territórios vizinhos e a partir disso começa a formação das outras aldeias. Baixa Fresca é devido a tia Benvinda irmã de Ancelmo que tem filhos e um deles conhecido por Zé Benvinda com sua família se localizam na Baixa Fresca. Baixa do Galo se gera a partir da família de tio João Bispo filho de Ancelmo e a família de Manoel Raimundo, sendo ele sobrinho de Ancelmo, devido a Ana que era prima de Ancelmo.

---

<sup>7</sup> Segundo o cacique, quando os mais velhos tiveram que registrar seu pedaço de terra, para que não lhe tomassem tudo, serra dos Grudes foi à parte que lhe coube, ai o nome serra dos “caboclos”.

<sup>8</sup> Devido às muitas abelhas conhecidas como grude que havia em toda serra. (Cacique Zezinho 3/6/2015)

<sup>9</sup> Entrevista em 3/6/2015.

A indígena Cícera Maria da Conceição acrescenta informações, afirmando:

Sou Cícera Maria da Conceição com 78 anos filha de Regina Maria da Conceição da Baixa do Galo ai, ai da Baixa do Galo ai começa da minha família da Baixa do Galo é assim começa as duas famílias da parte da minha mãe e a família da parte de meu pai. A parte da minha mãe era do sertão de Flores. Ai quando esse pessoal vieram chagar, ai na Baixa do Galo só foi por ano ruim por meu avô e minha avó e os filhos trouxe muntado numa carga de jegue uma carga num caçuá e eles dentro e os fiotes pequeno, e minha mãe vei dento do caçuá ai[...] Sim, Zé Benvinda, Zé Benvinda é a parte de meu pai é meu pai, a mãe de meu pai é filha de mãe Chiquinha[...] O trabalho naquela época era assim o trabalho era, prantava mandioca, prantava agudão, prantava feijão de corda, feijão de arranca. Muitas frutas bananeira, tudo perto nós. Cozinhava banana verde pa nois comer, era uma vida assim. Mau pai prantava mamona era um sacrifício trabaia e colher aquela roça. Só batia aquela mamona num sol quente pá pegar fogo, pá ela estorar e nois chorava pá não bater mamona e pai dizia cuida na momona! [...] A Baixa Fresca foi assim, eu morava na Baixa do Galo e ai a família de padrinho José interessado pur eu me robaro, ai trucero prá cá, ai ficou assim nois pertencendo a Baixa do Galo, pertencendo a Baixa Fresca, mas nois morava, morava naquele serrote ali pertencendo ao serrote dos flores, nois vivia assim o meu padrinho sempre ele ficava aqui, mais meu marido meu só que era Jacinto ele não ficava, ele era aguniado, quando ele via ano como esse, via chuver tarde ele já tava em São Paulo, já demos quato viagem[...] onde nois vivemos deis anos. Vivemos em Paraná todo canto nesses interior tocava roça, prantava arrois, prantava milho ai quando ele abuzava de lá nois tornava voltar pra trais, nossa casa ai deixava, num vendia nossa morada[...] essa Baixa Fresca nois morava nos serrote dos Flores depende da estrada da ai tem o nome. Essa baixa agora tá se negando não tá dando em todo canto essa baixa ai em carque canto que você quiser água era só você chegar com a inchada fazia o buraco quando amanhã sei lá, tava cheia, tinha água para beber, lavar roupa para fazer, ai quando cheguei aqui já conheci isso como Baixa Fresca, cheguei aqui em 54 já tinha esse nome [...]

Entende-se nos relatos dos entrevistados que a trajetória de Zé Benvinda, João Bispo e Manoel Raimundo para locais além dos Roçados foi devido ao aumento das famílias vindas do Brejo dos Padres e dos que aqui já tinham constituído a partir de seus filhos, além dos invasores não índios.

Ha quase dois séculos, os indígenas Koiupanká migraram do Brejo dos Padres e se localizaram nas três aldeias e com muita resistência conseguiram sobreviver com seus costumes e tradições herdados do “tronco” Pankararu, mas a conquista maior que este povo teve foi sua afirmação étnica, pois se percebe em seus relatos que tem a liberdade de falar e ser respeitados, privilégios que seus antepassados não tinham.

Ainda não conquistaram as terras, isso é notório em seus relatos. Talvez seja uma questão de tempo, tempo que será bem mais curto, suponho, pois o reconhecimento do povo foi apenas o primeiro passo rumo às várias conquistas que já obtiveram. A terra para os Koiupanká sempre foi e é o fator fundamental à sua sobrevivência e se completa com os seus costumes, crenças e vida em comunidade, foi devido tais formas peculiar e resistente que se deve o proposito da existência e formação das aldeias desse povo.

São as práticas religiosas e culturais que levam os Koiupanká, mesmo distantes geograficamente do território Pankararú fazer a mesma trajetória dos tempos de migração só que em sentido inverso e não mais com propósito migratório ou querendo reivindicar heranças de seus antepassados que habitavam naquele território nem tampouco para fixar suas moradias. Os Koiupanká buscam inconscientemente ou propositalmente manter o elo entre o território Pankararú a sua terra que agora os tem como tradicional isso resulta na repercussão e ressignificação em seu novo território.

O grande elo com o território e com as tradições fortalece os Koiupanká e os faz preservar significações de vida além-fronteiras, na busca pelos valores culturais e religiosos que fortificam a aliança com seu “tronco” além de lhes dar a garantia de sua origem étnica. Não teria sentido deixar de falar da forte ligação que une os Koiupanká com os Pankararu, pois as expressões orais referem-se ao “tronco” Pankararú como o marco de sua identidade cultural e religiosa. Amorim (2003) descreve esta relação quando fala dos ressurgidos que aponta “tronco” ou aldeia “mãe” como referencia para sua identidade étnica, mesmo se auto afirmando torna evidente sua existência enquanto povo. Assim, afirma que,

A ressurgência desses povos está ligada à descendência direta do “tronco” (Tuxá e Pankararu) e no reconhecimento social por outros grupos que se estabelecem a partir de suas relações. Independentemente do “tronco”, cada grupo mantém relações próprias (em graus de dependência) com o “tronco” ou com os seus co-descendentes ou “rama”. Essa complexidade relacionada imprime unidade e semelhanças refletidas na (re)construção da auto-imagem, do “empréstimo” (etnônimo) aceito pelo “tronco” para os grupos que ressurgem, que marca o caminho para o reconhecimento formal e continuidade étnica.(AMORIM, 2003 p.66)

Ainda, segundo o mesmo autor,

Esse fato mantém muitos índios da região no processo o de dispersão refugiando-se em muitos lugares distantes da aldeia “mãe” ou do “tronco”, “ramificando-se” em busca de sobrevivência e terra para trabalhar e de espaços para praticar seus rituais. (AMORIM, 2003 p.68)

O autor mostra a capacidade de um povo reconstruir a sua autoimagem, e reafirmar-se, mesmo desfigurado de sua realidade, remetendo ao passado e a um espaço geográfico que os distanciou devido o processo migratório. Dessa forma reivindica uma herança de seus antepassados que tem como indicação, os mais velhos, sendo eles herdeiros contemporâneos, por serem filhos do “tronco”.

Entende-se que a imposição dos interesses políticos, nas várias situações, às famílias Pankararú tornou inevitável à migração, mas foi ai que muitas famílias usaram várias estratégias para assegurar a sobrevivência física e social. Percebe-se também que os Koiupanká conseguem

reverter o lado ruim da história reconstruindo, em outro território, suas aldeias e com mais fôlego conseguem manter modos e costumes, mesmo em tempos de perseguições. Os Koiupanká identificam e delimitam seu território em uma nova terra, trazendo reflexos característicos culturais e religiosos de sua terra matriarcal de seus antecessores. Amorim (2003) fala sobre este espalhamento e a consequência disso para a construção do que é identificar-se.

Vários núcleos dos Pankararú emigraram desde o final do século XX, e emigraram, inclui-se as Geripanko, Koiupanká, Cakininn, Kalanko, e Karuazo, que ora ressurgem a partir da relações que se estabelecem entre eles e seus co-descendentes indígenas, relevando suas experienciais étnicas e políticas, seus fluxos ritualísticos, culturais, religiosos, sociais e econômicos [...]. (AMORIM, 2003 p.63 )

Percebe-se com isso, que assim como os Koiupanká outras comunidades a migração foi também uma de suas estratégias de sobrevivência que se faz necessário entre eles as relações interculturais para somar forças e reivindicar seus direitos a terra. É devido a essas relações que percebemos as formas coletivas de se organizar, deixando transparecer para os próprios membros, a necessidade de se reconhecer enquanto parentes e descendentes de um mesmo do “tronco” étnico.

#### **4. AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE: reconhecimento étnico e social**

Com a constituição de 1988 há muitas transformações na sociedade brasileira, o diferencial neste contexto de muitas mudanças ocorre em especial com as populações indígenas que ainda vivia no anonimato e dando autonomia aos que já existia. Grupos étnicos reivindicam seus direitos a identidade e demarcação de seus territórios. Os movimentos sociais e entidades não governamentais faz a divulgação dessa grande metamorfose e o fato ocorre em todo o Brasil. Tal fenômeno é notável tornando publico os fatos, entende-se com afirmação descrita a baixo por membros da entidade, Conselho Missionário Indigenista (CIMI).

Nos últimos 30 anos vem (re)aparecendo no cenário sócio-político nacional da identidade pública de vários povos indígenas, os quais, por muito tempo, foram tidos como desconhecidos ou considerados extintos pelos registros oficiais do Estado brasileiro.( CIMI, 2001, p.158)

A forma de como são descritas os fatos da fermentação sobre as mobilizações indígenas a partir do período relatado na citação a cima, seria o ponto inicial para mudança na história dos indígenas, ou mesmo na história do Brasil. Teria ai os povos a oportunidade para que resistir a tantas atrocidades, desde colonização, passam agora reescrever uma nova história.

Com a constituição de 1988 muitas mudanças ocorreram, a carta dava possibilidades ou a liberdade dos povos ascenderem e reivindicar o que era seu de direito, os seus territórios. Percebe-se a grandiosidade de “emergentes” “ressurgidos” ou “resistentes” um dos tantos nomes dados pelos estudiosos a esse fato histórico no Brasil. A afirmação dessas identidades é exposta nos depoimentos nas mobilizações de muitos indígenas na comemoração de 500 anos de “descobrimento”.

De fato – depois do advento da Constituição de 1988 – o reconhecimento da identidade de um povo indígena por parte da Funai pouco significa. Já que a sua existência não depende de comprovação legal. O que o Estado brasileiro deve reconhecer, de pronto, é o direito ao território tradicional dos povos ressurgidos e proceder à sua demarcação. (CIMI, 2001, p.162).

Essa roupagem da nova constituição dá motivação para os povos indígenas mostrar sua resistência, com organização, no intuito de se reafirmarem publicamente como povos resistentes. Já no término do século XX e início do século XXI no sertão alagoano não é diferente, comunidades indígenas que descendem de Pankararú começaram a se organizar buscando o apoio uns dos outros, para mostrar para sociedade que também no sertão alagoano havia indígenas.

A forma de como é descrito no movimento intitulado “outros 500”, causa uma expectativa na sociedade indígena de que os próximos povos organizados para se identificarem como indígenas sejam os Koiupanká e os Katoquinn, pois já estavam prontos para fato, a descrição logo abaixo nos dá convicção da afirmação de suas aparições para sociedade.

Em 1985, foi a vez dos Karapotó reivindicarem seus direitos. No final daquela década, os Geripankó foram reconhecidos pelos órgãos governamentais. Em 1999, os Kalankó, e em 2000, os Karuazu foram contemplados. MAIS POVOS. Há oito povos indígenas em Alagoas distribuídos em 11 comunidades, num total de oito mil índios. E há pesquisas que apontam a existência de mais dois outros povos para ressurgir. (...) (CIMI, 2001, p. 158)

A informação referente o aparecimento de mais dois povos em Alagoas, como é descrito acima, não deixa dúvidas que também falava dos Koiupanká, pois em 2001 o mesmo reafirmou sua identidade, mostrando para sociedade que não mais ficará no anonimato. A forma de como foi organizado o reconhecimento para sociedade é descrita pelo cacique Zezinho:

O cacique koiupanká José João ou como é conhecido Cacique Zezinho descreve de forma bem detalhada o processo de luta do povo.

Com visitas dos Pankararú, como são de costume, eles percebem pela a ciência dos antepassados que nestas terras existia raízes e existem troncos e galhos e nós nos organizávamos de forma amalocada e que somos uma aldeia, vivem debaixo dos panos, mas já está hora de se reconhecer e fazer conhecer para sociedade que também

vocês são descendentes de Pankararú. Eu tinha receio, pois acreditava que, quem devia ter começado essa luta era as raízes, ou seja, os mais velhos, os mesmos que vieram do Brejo, mas reconheço, pois a perseguição é muito grande para nós indígenas e antes era muito mais. Foi quando comecei participar de outros rituais e organização de povo como: Geripankó e kalankó. Em kalankó participei de uma comemoração de ano de luta do povo dias 25 à 26 de julho de 2001; fui convidado pelos kalankó, na pessoa do pajé Antônio Francisco dos Santos para participar dia 27 do mesmo mês. A reunião na aldeia foi em Lajeiro do Couro do mesmo povo, a onde se fez presente os Geripankó, Karuazú e a entidade não governamental Conselho Missionário indigenista (CIMI), onde tive uma boa informação pelo os presentes e o assessor jurídico da entidade, como poderia organizar meu povo. Foi a partir deste encontro que fui convidado para participar de um encontro de formação no povo Geripankó na aldeia Figueiredo, fazendo parte da coordenação da mesa ficando concretizada a reunião em Roçado na primeira quinzena do mês de novembro de 2001, onde se fizeram presente os três povos do alto sertão Geripankó, Kalankó e Karuazú e as famílias dos Roçados, Baixo do Galo e Baixa Fresca. Na discursão decidimos as datas para nos reafirmamos como povo nos dias 10, 11,12 de dezembro de 2001. A festa em comemoração ao reconhecimento para sociedade Brasileira, e nos afirmar povo Koiupanká. Estiveram presentes nos dando o apoio os povos: Pankararú (Pernambuco) Geripankó, Karuazú e Katoquinn que não havia ainda afirmado para sociedade povo indígena, todos os três povos do município de Pariconha-AL, kalankó do município de Água Branca, Xucuru Kariri do Coité de Palmeira dos Índios e Xokó município de Porto da Folha-Se. Também se fizeram presentes Ministério Publico Federal na pessoa do Doutor Ivan, membros do CIMI, entidades da Igreja Católica e muitos Brancos do nosso município, Inhapi. Foram três dias de muito toré com todos esses povos presentes. A parti de então passamos a reivindicar para Funai o estudo do nosso território, mas alegavam não ter o reconhecimento de povo, e só a partir de maio de 2003 em Olinda em um encontro ... com 24 povos de muitos lugares Brasil que reivindicava entre estudos territoriais, demarcação, homologação, desentusão de suas terras, também o reconhecimento étnico tão exigido pelo órgão Funai para nos assistidos. As entidades governamentais percebendo a nossa organização e força, nos reconhece como povos que somos. A luta não para com essa conquista, do reconhecimento étnico, isso só foi um grande passo para adquirir o que temos hoje e não é tudo que temos direito. Vamos completar 13 anos de luta, agora em 2015, e ainda não conquistamos o direito a terra, pois só queremos o que nos é direito, o que está garantido para nós povos indígenas na constituição brasileira. (...) 3/6/2015

O cacique Zezinho descreve de forma cuidadosa e fiel o processo da luta de seu povo, diz a busca pela afirmação étnica e demarcação de seu território. A resistência de existir no contexto atual deste grande panorama brasileiro requer das populações indígenas uma persistência constante na reivindicação de seus direitos, não bastando só seu contexto histórico de muito sofrimento. São recursos como, a escrita, onde indígenas tem a oportunidade de registrar e defender sua realidade, onde pode contribuir na luta daqueles que há quinhentos anos foram tidos como extintos pela sociedade, sendo agora os herdeiros contemporâneos, nesse caso, os Koiupanká.

## **5. CONCLUSÕES**

Diante das informações coletadas com a pesquisa bibliográfica, em consonância com as pesquisas de campo obtida por alguns anciãos e liderança do povo Koiupanká pôde-se construir

um material com dados e informações que servirão para nortear investigações futuras. Trata-se, pois de um conteúdo histórico que procurou ser fiel aos relatos sobre a formação dessas aldeias.

Também se deve levar em consideração o propósito da pesquisa que se detém em fatos fragmentados de uma história que foi ignorada pela sociedade e excluída de seu contexto, pois a construção de um material como esse requer muita dedicação e seriedade, pois só assim podemos abrir caminhos para futuras pesquisas.

A ideia de reunir informações, pela primeira vez por um membro do seu próprio povo cause certa empolgação ou ufanismo em dizer que é importante isso ou aquilo, talvez sensibilidade de um pesquisador descarte as ideias, mas foi correndo esse risco de acertar, usando o olhar do protagonista da história que pretendo despertar em outras pessoas e até em futuros graduandos a necessidade de escrever sobre sua história de povo.

## REFERÊNCIAS

AMORIM, Siloé Soares de. **Ressurgidos**: A construção da auto-imagem – os Tumbalalá, os Kalankó, os Karuazu, os Katökinn e os Koiupanká. Campinas, 2003.

CIMI, 2001. Conselho Indigenista Missionário. **Outros 500** – Construindo uma nova história. São Paulo: Salesiana, 2001.

Conceição, Cícera Maria: depoimento [ 21 maio. 2015]. Entrevistador: Francisco João Silva. Inhapi – AL. (25min 34 s).

LOPES, Fátima Martins. **As missões religiosas na Capitania do Rio Grande nos séculos XVII e XVIII. In Índios do Nordeste: Temas e Problemas**. Maceió: Edufal, 1999.

**Povos do sertão de Alagoas**: Confinamento, diáspora e reterritorialização. Itabaiana: GEPIADDE, Ano 4, Volume 8 | jul-dez de 2010.

Silva, José João: depoimento [ 3 junho. 2015]. Entrevistador: Francisco João da Silva. Inhapi: Inhapi – AL. (35 min).

VIEIRA, Jorge Luiz Gonzaga. **História Kalankó na memória de uma experiência indigenista**: confinamento, diáspora e resistência étnica de um povo Brasília: Porantim, 2002. Maceió: Edufal, 2009